

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CHATBOT JU DO BOLSA E O ID JOVEM: TECNOLOGIA PARA ACESSO À
CULTURA NA ALTO BELA VISTA

Jean Francisco Menezes de Arruda

Recife, dezembro de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CHATBOT JU DO BOLSA E O ID JOVEM: TECNOLOGIA PARA ACESSO À
CULTURA NA ALTO BELA VISTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Orientador (a): Lucas Baptista de Oliveira

Recife, dezembro de 2025.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Suely Manzi – CRB-4 809

A773c Arruda, Jean Francisco Menezes de.
Chatbot Ju do Bolsa e o ID Jovem: tecnologia para
acesso à cultura em Alto Bela Vista (SC) / Jean
Francisco Menezes de Arruda. – Recife, 2025.
33 f.

Orientador(a): Lucas Baptista de Oliveira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –
Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Bacharelado em Ciências Sociais, Recife, BR-PE,
2026.

Inclui referências.

1. Serviços ao cliente - Inovações tecnológicas. 2.
Juventude. 3. Agentes inteligentes (Software). 4.
Desinformação 5. Política pública. I. Oliveira,
Lucas Baptista de, orient. II. Título

CDD 300

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CHATBOT JU DO BOLSA E O ID JOVEM: TECNOLOGIA PARA ACESSO À
CULTURA NA ALTO BELA VISTA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na modalidade de artigo, submetido à avaliação da banca examinadora do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em **17 de dezembro de 2025**.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lucas Baptista de Oliveira (UFRPE)

Profa. Dra. Ana Carolina Aguerri Borges da Silva (UFRPE)

Profa. Dra. Rayane Maria de Lima Andrade (UFRPE)

“Se pode com a onda, caminha. Se não pode, nem entre no mar.” (Kannário; Igor, 2023).

RESUMO

O trabalho analisa o Chatbot Ju do Bolsa como ferramenta informal de mediação informacional sobre o Programa Identidade Jovem (ID Jovem), examinando sua atuação no contexto socioespacial da comunidade da Alta Bela Vista, no Ibura (Recife-PE). A pesquisa discute as políticas públicas de juventude no Brasil, evidenciando desafios históricos de implementação, descontinuidade institucional e limitações na difusão informacional por parte do Estado. A partir de dados oficiais da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), demonstra-se o descompasso entre o número de jovens elegíveis e os que efetivamente acessam o benefício, com destaque para as desigualdades territoriais e de conectividade que afetam regiões periféricas. Mesmo apresentando potencial como recurso informacional, o chatbot opera sem transparência e sem dados públicos sobre sua utilização, o que impede avaliar sua efetividade. A análise relaciona essas lacunas à realidade da Alta Bela Vista, marcada por vulnerabilidade socioespacial, precariedade de infraestrutura digital e práticas culturais juvenis intensas, que convivem com barreiras estruturais ao acesso a direitos. O estudo conclui que a ausência de dados sobre o chatbot e as limitações estruturais do ID Jovem revelam um cenário de assimetria informacional que condiciona a cidadania digital da juventude periférica.

Palavras-chave: ID Jovem; juventude; chatbot; desigualdades informacionais; políticas públicas.

ABSTRACT

This study examines the Ju do Bolsa Chatbot as an informal informational mediation tool for the Youth Identity Program (ID Jovem), focusing on its role within the socio-spatial context of the Alta Bela Vista community in Ibura, Recife-PE. The research discusses youth public policies in Brazil, highlighting historical challenges in implementation, institutional discontinuity, and state limitations in effectively disseminating public information. Based on official data from the National Youth Secretariat (SNJ), the study shows the gap between eligible young people and those who actually access the benefit, with emphasis on territorial inequalities and connectivity barriers affecting peripheral regions. Although the chatbot constitutes a potential informational resource, it operates without transparency or public data, preventing any assessment of its effectiveness. The analysis links these informational gaps to the conditions of Alta Bela Vista, a territory marked by socio-spatial vulnerability, limited digital infrastructure, and vibrant youth cultural practices that coexist with structural barriers to rights access. The study concludes that the lack of data on the chatbot and the structural limitations of ID Jovem reveal a scenario of informational asymmetry that shapes the digital citizenship of peripheral youth.

Keywords: ID Jovem; youth; chatbot; informational inequalities; public policy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Volume de dados do Programa ID Jovem	17
Tabela 2 –	Panorama Geral dos ID's no Nordeste	25
Tabela 3 –	Comparativo de ID's Válidas e Potenciais por Estado no Nordeste	25
Tabela 4 –	Ranking de Cidades com Maior Volume de ID's Geradas em Pernambuco	26
Tabela 5 –	Perfil Sociodemográfico dos Beneficiários em Recife/PE	27
Tabela 6 –	ID's Ativas por Grupos Sociais Específicos em Recife/PE	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ID – Identidade

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1.	A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL	14
1.1	Desafios de Implementação e Limites Institucionais	17
1.2	Chatbot Ju do Bolsa Como Difusor Privado	18
2.	O CHATBOT JU DO BOLSA E O ECOSSISTEMA	20
	INFORMACIONAL DO ID JOVEM E AS PERSPECTIVAS DE	
	ANÁLISE E IMPLICAÇÕES PARA A CIDADANIA DIGITAL	
2.1	Caracterização Socioespacial da Alta Bela Vista, Ibura (Recife- PE)	17
3	A DIFICULDADE DOS DADOS: ASSIMETRIA INFORMACIONAL	23
	E CONTORNOS METODOLÓGICOS	
3.1	Análise Exploratória dos Dados Oficiais do ID Jovem	25
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
	REFERÊNCIAS	30

INTRODUÇÃO

A juventude brasileira constitui um segmento social historicamente atravessado por desigualdades estruturais de ordem econômica, racial e territorial. Ainda que reconhecida como sujeito de direitos desde a Constituição Federal de 1988, apenas nas décadas seguintes consolidaram-se políticas voltadas especificamente a esse público. O fortalecimento das políticas públicas de juventude no Brasil reflete não apenas avanços normativos, mas também transformações na concepção de cidadania e no papel do Estado na garantia de direitos sociais. Durante os anos 1990, sob forte influência do paradigma neoliberal, em particular o novo gerencialismo do Estado, as políticas sociais foram reconfiguradas segundo princípios de focalização e seletividade. Neste cenário, a juventude não figurava como prioridade na agenda nacional, sendo atendida apenas de forma indireta em programas compensatórios.

Essa conjuntura começou a se modificar no início dos anos 2000, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e da Política Nacional de Juventude. O Estatuto da Juventude, instituído pela Lei número doze mil oitocentos e cinquenta e dois de dois mil e treze, consolidou esse processo ao reconhecer legalmente os direitos da população jovem à educação, trabalho, cultura, mobilidade e participação social. Entre (2005-2014) dois mil e cinco e dois mil e quatorze houve expansão das iniciativas voltadas à juventude, acompanhada pela criação de estruturas administrativas e programas que buscavam consolidar a política nacional voltadas a esse público. Esse período registrou ampliação do investimento social e fortalecimento de ações relacionadas à participação juvenil, mas também apresentou tensões fiscais, desgaste institucional e redução da capacidade de coordenação federativa. A política de juventude passou a conviver com oscilações orçamentárias e mudanças na prioridade atribuída pelo governo federal, o que resultou em descontinuidade de ações e fragilidade na implementação territorial. Esse conjunto de fatores contribuiu para a formação de um ambiente político marcado por instabilidade crescente, que antecedeu a conjuntura crítica consolidada a partir de dois mil e quinze.

No bojo dessas transformações, o Programa Identidade Jovem (ID Jovem) foi criado pelo Decreto n.º 8.537/2015, com o objetivo de garantir benefícios culturais e de transporte a

jovens de 15 a 29 anos pertencentes a famílias com renda de até dois salários-mínimos e inscritas no Cadastro Único (2001). Essa política representou, à época, um esforço do governo federal para ampliar a inclusão social e a mobilidade da juventude de baixa renda.

A implementação do programa ID Jovem coincidiu com um período de profunda crise política, marcado pelo rescaldo das jornadas de junho de 2013, a intensa polarização que marcou as eleições de 2014, o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e a ascensão de forças de extrema-direita ao poder em 2018. Esse processo foi interpretado por diversos autores como parte de uma “ofensiva neoliberal”, o que, entre outras coisas, reconfigurou o papel do Estado brasileiro, sobretudo no que tange ao desenho das políticas sociais. Vale lembrar, como marco importante desse contexto, a aprovação da pec sobre o teto de gastos¹ (SINGER, 2015, p. 43-71; BOITO JR., 2016, p. 155-162). Esse contexto redefiniu prioridades governamentais, com ênfase em políticas de austeridade, redução do gasto social e reconfiguração institucional. Como consequência, as políticas voltadas à juventude passaram a enfrentar restrições orçamentárias e limitações operacionais (SÁTYRO; CUNHA, 2018).

Diante dessas restrições, os instrumentos tecnológicos passaram a ser mobilizados como estratégias de baixo custo destinadas a ampliar a efetividade e a visibilidade das ações estatais. É nesse cenário que surge o Chatbot Ju do Bolsa, uma ferramenta privada de automação conversacional desenvolvida para disseminar informações sobre políticas sociais e, em determinadas etapas, atuar como canal auxiliar de atendimento relacionado ao ID Jovem. Embora tenha sido empregado para divulgar informações sobre o programa, trata-se de um recurso não estatal, cuja governança e base de dados pertencem a uma iniciativa privada.

A presente pesquisa parte desse paradoxo: embora o chatbot tenha sido incorporado de forma indireta ao ecossistema informacional do ID Jovem, não há dados públicos ou métricas oficiais sobre sua utilização, desempenho ou impacto social. A ausência de transparência sobre o uso da ferramenta, portanto, constitui não apenas uma limitação empírica da pesquisa, mas é também um achado crítico sobre as lacunas de governança informacional nas políticas digitais de juventude. O objetivo deste trabalho foi o de analisar

¹ BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal. Diário O/da União, Brasília, DF, 16 dez. 2016.

o acesso ao programa ID Jovem entre jovens da comunidade da Alta Bela Vista, localizada no bairro do Ibura, Recife (PE), a partir da coleta e análise de dados secundários públicos disponibilizados pelo governo federal. Os dados considerados correspondem às informações divulgadas pela Secretaria Nacional de Juventude, incluindo quantidade de IDs emitidas e ativas, perfil dos beneficiários registrados no Cadastro Único, faixa etária atendida e registros de utilização dos benefícios vinculados ao programa (BRASIL, 2025). A análise considera tanto as dimensões territoriais e socioeconômicas que afetam o alcance da política, quanto às limitações decorrentes da ausência de integração entre o Estado e iniciativas tecnológicas privadas.

A escolha da Alta Bela Vista como campo de estudo decorre do interesse em compreender como as desigualdades territoriais e a exclusão digital condicionam o acesso às políticas de juventude. O bairro, caracterizado por alta densidade populacional e vulnerabilidade social, torna-se um objeto de pesquisa e representativo para observar a distância entre o desenho institucional da política, seus limites e potencialidades, e sua efetividade.

1. A Construção Das Políticas de Juventude no Brasil

O reconhecimento da juventude como categoria política no Brasil resulta de um processo histórico e social marcado por disputas simbólicas e institucionais sobre o papel do Estado, os limites da cidadania e as formas de participação social. A Constituição Federal de 1988 representa um marco decisivo nesse percurso, pois ela incorpora o princípio da universalização dos direitos sociais e reconhece a juventude como sujeito de políticas públicas. Contudo, a efetivação dessas garantias foi gradual, fragmentada e desigual, refletindo tensões entre modelos de desenvolvimento e projetos de sociedade. Como observa Secchi (2014), a formulação de políticas públicas no Brasil está sujeita a ciclos de centralização e descentralização, variando conforme a correlação de forças entre Estado, sociedade civil e organismos internacionais. Nos anos 1990, o avanço das reformas neoliberais reconfigurou o papel do Estado, inserindo-o no paradigma do novo gerencialismo ao priorizar a accountability e a eficiência da administração pública em detrimento da

ampliação de direitos sociais. Esse contexto produziu uma retração do Estado de bem-estar social e reforçou a adoção de programas setoriais, focalizados e de caráter compensatório.

De acordo com Behring e Boschetti (2011), esse período consolidou um modelo de proteção social residual, voltado à mitigação dos efeitos da pobreza e à gestão da vulnerabilidade, e não à universalização dos direitos. As políticas de juventude, nesse contexto, permaneceram difusas e setoriais, tratadas como extensões de programas de educação, esporte, trabalho e segurança pública. De modo que essa juventude era vista ora como “problema social”, ora como “capital humano” a ser investido, sem reconhecimento de suas demandas culturais e territoriais específicas (ABRAMO, 1997). Ainda dentro do parâmetro do novo gerencialismo, a virada dos anos 2000 marca o início de outra etapa. Sob a influência dos debates sobre governança democrática e participação cidadã, e impulsionado por pressões de movimentos juvenis e organizações da sociedade civil, o Estado brasileiro começa a construir uma política nacional de juventude mais articulada.

Esse processo se institucionaliza com a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional de Juventude (CONJUV), ambos em 2005, no contexto do governo Lula.

Para Benevides (2006), essa criação simboliza a passagem de uma lógica assistencialista para uma política de direitos, orientada por princípios de autonomia, diversidade e participação social. Nesse mesmo período, ganha relevância o debate internacional sobre juventude, especialmente a partir da Declaração de Lisboa sobre Políticas Públicas de Juventude (1998) e das recomendações da UNESCO e da ONU sobre inclusão e participação juvenil. Tais diretrizes reforçam a necessidade de políticas intersetoriais, que reconheçam a juventude como agente de transformação transicional e não apenas como grupo vulnerável.

No Brasil, essas influências foram fundamentais para a elaboração da Política Nacional de Juventude (PNJ), que passou a integrar programas nas áreas de cultura, mobilidade, comunicação, trabalho e inclusão digital. A promulgação do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) consolida esse movimento de institucionalização ao definir um marco legal abrangente para os direitos da juventude. O Estatuto estabelece princípios e

diretrizes específicas, reconhecendo a diversidade das juventudes, em termos de gênero, raça, classe, território e orientação sexual, ampliando, assim, a noção de cidadania juvenil para além do campo econômico. Entre os seus eixos estruturantes, destacam-se o direito à cultura, à comunicação e à mobilidade, compreendidos como dimensões fundamentais para o exercício da cidadania e da participação social. Entretanto, a consolidação de uma política de juventude enquanto política de Estado encontrou obstáculos estruturais e conjunturais.

Como observam Sátyro e Cunha (2018), o ciclo de expansão das políticas sociais iniciado nos anos 2000 foi interrompido com o avanço das medidas de austeridade e pela crise política de 2015–2016, que resultou na redução do orçamento público, na descontinuidade de programas e no enfraquecimento institucional da SNJ e do CONJUVE. Nesse cenário, a política de juventude passa a ser gradualmente digitalizada e reconfigurada em termos de difusão informacional, incorporando novas formas de mediação tecnológica, como plataformas, aplicativos e chatbots, partindo-se da premissa de que tais tecnologias atuassem na aproximação entre o Estado e os cidadãos. Esse movimento acompanha uma tendência mais ampla de governança digital, caracterizada pela crescente integração entre gestão pública e infraestrutura informacional (MARGETTS & DUNLEAVY, 2013). No entanto, a digitalização não implica, por si só, transparência e democratização do acesso. Como observa Lévy (1999), o ciberespaço constitui um campo de potencialidades comunicativas, mas seu uso depende de contextos sociais e institucionais que podem tanto ampliar quanto restringir o compartilhamento do conhecimento.

Assim, as políticas de juventude passam a operar sob uma lógica informacional em que o Estado assume o papel de curador e difusor de dados, mais do que promotor direto de direitos sociais. Essa transformação está inserida em um processo mais amplo de digitalização do Estado, tema debatido no campo dos governos digitais, que envolve a reorganização das capacidades estatais, a adoção de plataformas, a circulação de dados e a mediação tecnológica das políticas públicas. Nesse contexto, a lógica de funcionamento das instituições passa a depender crescentemente de fluxos de informação, interoperabilidade e infraestrutura digital. Essa mudança dialoga com o que Castells (2012) denomina sociedade em rede, na qual o poder se estrutura por meio da produção, processamento e circulação da informação, e no qual as conexões digitais redefinem a relação entre Estado, cidadãos e políticas sociais.

Assim, as ferramentas tecnológicas deixam de ser apenas instrumentos operacionais e passam a compor um ecossistema informacional que molda práticas de governo, formas de acesso a direitos e dinâmicas de inclusão e exclusão.

No caso brasileiro, programas como o Identidade Jovem (ID Jovem) exemplificam essa inflexão. A iniciativa buscou ampliar o acesso de jovens de baixa renda à cultura e à mobilidade urbana, mas sua efetividade depende, hoje, diretamente da integração com bases de dados como o CadÚnico e do uso de ferramentas digitais para emissão e validação do benefício. Trata-se, portanto, de uma política que combina objetivos de inclusão social com dispositivos de gestão informacional. Essa lógica de mediação tecnológica traz ganhos de agilidade e difusão, mas também impõe novos desafios de inclusão digital e governança de dados. Como discute Hilbert (2016), a desigualdade informacional tende a reproduzir desigualdades sociais, uma vez que o acesso à infraestrutura e à literacia digital ainda é profundamente desigual. No contexto das políticas de juventude, isso significa que a difusão de informação digitalizada, por meio de plataformas ou assistentes conversacionais, pode ampliar o alcance das ações estatais, mas também acentuar as assimetrias entre juventudes conectadas e desconectadas, urbanas e periféricas.

O Programa Identidade Jovem (ID Jovem) : desafios de Implementação e Limites Institucionais

Desde de sua gênese, o Programa Identidade Jovem (ID Jovem) enfrentou desafios significativos de execução e governança. Apesar do seu desenho (design) inovador, voltado à ampliação do acesso à cultura, ao esporte e à mobilidade para jovens de baixa renda, sua implementação foi marcada por defasagem cadastral, baixa adesão dos municípios e ausência de indicadores de desempenho sistematizados. Em grande parte, esses entraves resultaram da dificuldade de integração entre as bases de dados federais e municipais e da limitada capacidade técnica da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) para coordenar a execução descentralizada da política. Em resposta a esses desafios, a SNJ promoveu as chamadas Caravanas ID Jovem, iniciativas itinerantes de capacitação e mobilização local, realizadas em parceria com secretarias municipais e organizações do terceiro setor. Essas ações buscavam difundir informações sobre o programa e estimular a adesão das prefeituras, funcionando

como um mecanismo de “governança em rede” (PECI, 2017), que aposta na articulação entre Estado e sociedade civil para compensar a limitação de recursos estatais. Contudo, mesmo com essas estratégias, a baixa cobertura persistiu e revelou um descompasso entre o público potencial e o público efetivamente beneficiado.

A Tabela 1, com base em dados públicos da SNJ (BRASIL, 2025), evidencia o abismo entre os jovens elegíveis e os atendidos, indicando que o alcance real do programa permaneceu muito aquém das metas projetadas. Esses números sugerem que o problema não se restringe à dimensão operacional, mas se estende à própria estrutura de gestão da informação no interior da política.

Tabela 1 – Volume de dados do Programa ID Jovem

Indicador	Quantidade
ID's Potenciais	16.890.314
ID's Geradas	7.141.891
ID's Válidas	1.541.139

Fonte: BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. ID Jovem. Disponível em: <<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/juventude/idjovem>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

Os dados apresentados evidenciam uma perda progressiva ao longo do fluxo de implementação da política, desde o universo potencial de beneficiários até o número final de IDs válidas. Embora mais de 16 milhões de jovens atendam aos critérios de elegibilidade, pouco mais de 7 milhões chegaram a gerar a identificação, e apenas cerca de 1,5 milhão mantiveram o benefício em situação válida. Essa redução expressiva indica que a política enfrenta obstáculos estruturais que vão além da adesão inicial, envolvendo problemas de atualização cadastral, validação e uso efetivo do benefício.

Essa dinâmica revela fragilidades no gerenciamento da informação ao longo do ciclo da política pública. A ausência de indicadores sistematizados de desempenho, aliada à dificuldade de integração entre bases de dados federais e municipais, compromete a capacidade do Estado de monitorar o alcance real do programa e de identificar gargalos específicos na implementação. Nessa perspectiva, a informação deixa de operar como um

recurso estratégico da política e passa a atuar como um fator de exclusão indireta, restringindo o acesso de jovens que, embora elegíveis, não conseguem transpor as etapas necessárias para a efetivação do direito.

1.1 Chatbot Ju do Bolsa Como Difusor Privado

O Programa Identidade Jovem representa uma tentativa de ampliar o acesso à cultura como direito social. A cultura, nesse sentido, é entendida como dimensão constitutiva da cidadania, na medida em que expressa reconhecimento, pertencimento e participação social (CANCLINI, 2005; MARSHALL, 1967). O acesso a eventos culturais e esportivos possui um papel simbólico relevante na integração dos jovens às dinâmicas urbanas e na valorização da diversidade cultural brasileira. Contudo, em territórios periféricos como a comunidade da Alta Bela Vista, situada no bairro do Ibura, zona sul do Recife, o alcance do programa se mostra reduzido. De acordo com dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2021), o bairro do Ibura apresenta Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,661, inferior à média da capital (0,772), com renda per capita média de R\$ 617,00 e cerca de 30% dos domicílios com acesso limitado à internet banda larga. Esses indicadores revelam um contexto de vulnerabilidade social e desigualdade digital, fatores que influenciam diretamente o acesso a políticas públicas mediadas por tecnologias digitais (SILVA, 2019; HILBERT, 2016). Apesar das limitações socioeconômicas, o território se destaca pelo dinamismo cultural e pela produção artística urbana, especialmente vinculada ao rap, às batalhas de rima, à dança de rua e aos coletivos audiovisuais independentes. Essas manifestações configuram um campo de resistência simbólica e de construção identitária, no qual a juventude local utiliza a arte como meio de expressão e crítica social (HALL, 1997; SOUSA; GOMES; LEÃO, 2015).

A escolha da Alta Bela Vista como campo de pesquisa se justifica por duas razões principais. Em primeiro lugar, pelo perfil sociocultural do território, que apresenta intensa circulação de práticas culturais juvenis e uma tradição consolidada de eventos de rap e hip-hop, os quais têm papel relevante na socialização e na formação política dos jovens. Em segundo lugar, pela ausência de políticas públicas efetivas de fomento cultural e de inclusão digital, o que torna o local um ambiente adequado para analisar as barreiras de acesso ao programa ID Jovem e o potencial de mediação tecnológica do Chatbot Ju do Bolsa.

Contudo, uma limitação importante da pesquisa reside na inexistência de dados públicos sobre o funcionamento do Chatbot Ju, tais como número de usuários atendidos, métricas de engajamento, respostas automatizadas ou integração com bases oficiais. Essa ausência, longe de ser um mero obstáculo metodológico, constitui um achado em si: evidencia o déficit de transparência e de monitoramento das ferramentas digitais utilizadas na mediação das políticas públicas. Enquanto os dados do ID Jovem estão amplamente disponíveis no portal de dados abertos do governo federal, demonstrando um esforço institucional de abertura e accountability, o mesmo não se observa em relação às iniciativas privadas que operam como mediadoras informacionais. Segundo a Secretaria Nacional de Juventude (2025), o programa contabiliza 16.313.544 jovens potenciais, dos quais 6.547.055 IDs foram geradas e apenas 1.008.981 permanecem ativas, o que revela uma baixa taxa de adesão efetiva, cerca de 6% do público potencial.

Essa discrepância entre potencial de beneficiários e uso efetivo do programa sugere que o problema central não é apenas a ausência de dados, mas a fragilidade na difusão e no acesso à informação. A literatura sobre implementação de políticas públicas (CAPELLA, 2006; SECCHI, 2014; HOWLETT, RAMESH e PERL, 2013) aponta que a efetividade depende da mobilização integrada de recursos organizacionais, informacionais e de legitimidade. Nesse caso, embora o Estado disponha de informações quantitativas robustas, a ausência de estratégias comunicacionais e digitais consistentes, agravada pela opacidade de ferramentas privadas como o Chatbot Ju, podem comprometer a capacidade de alcançar o público-alvo e de retroalimentação do ciclo da política.

Assim, a análise empírica da pesquisa se fundamenta nos dados oficiais do ID Jovem e em cruzamentos territoriais que permitem observar a distribuição desigual do benefício. A partir desses dados, é possível compreender como o programa se materializa em contextos locais específicos, como a Alta Bela Vista, onde as barreiras tecnológicas, territoriais e informacionais se entrelaçam. Portanto, o estudo do ID Jovem sob a perspectiva da cidadania cultural evidencia tanto o avanço institucional representado pela digitalização das políticas de juventude quanto suas limitações democráticas, expressas na assimetria entre dados públicos e dados privados. A ausência de informações sobre o chatbot Ju reforça a necessidade de repensar o papel das parcerias público-privadas na gestão de tecnologias

sociais e, do ponto de vista mais amplo, no dever do Estado em garantir transparência, controle social e acessibilidade digital: elementos indispensáveis à consolidação de uma cidadania informacional inclusiva.

2. O Chatbot Ju do Bolsa e o Ecossistema Informacional do ID Jovem e as Perspectivas de Análise e Implicações Para a Cidadania Digital

O Chatbot Ju do Bolsa é uma ferramenta privada de atendimento automatizado criada para fornecer informações sobre programas sociais e benefícios estudantis, como o ID Jovem. Trata-se de um sistema de inteligência artificial conversacional que opera em aplicativos de mensagens, oferecendo respostas automáticas a perguntas recorrentes. No próprio site oficial, a ferramenta se apresenta como um serviço de “atendimento grátis, simples e confiável”, capaz de tirar dúvidas “de forma rápida, segura e gratuita” e acessível via “zap, messenger ou Instagram” (JU DO BOLSA, s/d). Entretanto, apesar desse discurso de acessibilidade e acolhimento, reforçado pela promessa de oferecer “acolhimento e atendimento humano (de gente pra gente)” e de encaminhar “demandas coletivas das beneficiárias para as autoridades competentes”, não há dados públicos sobre volume de atendimentos, métricas de uso, satisfação dos usuários ou eficácia das respostas.

À primeira vista, essa lacuna parece uma limitação; contudo, pode ser reinterpretada como um achado analítico relevante. A ausência de dados sobre o Ju do Bolsa revela o modo como parte das inovações digitais em políticas sociais tem operado, isto é, sob baixas condições de transparência. O que poderia ser apenas um problema metodológico para esta pesquisa transforma-se em evidência da assimetria informacional entre o setor privado e as instituições públicas responsáveis pela implementação de políticas. O chatbot, embora configure um recurso informacional em potencial, conforme a tipologia de Capella (2006), não dispõe de parâmetros verificáveis que permitam aferir sua efetividade. Assim, o silêncio dos dados não é neutro: ele expõe os limites da governança informacional nas políticas de juventude. Tal fato expõe também a dificuldade de mensurar a efetividade de meios informacionais não estatais no âmbito da implementação das políticas públicas digitais voltadas à juventude, em particular o ID Jovem, revelando a necessidade de se buscar novos métodos de monitoramento e avaliação dessas políticas.

Do ponto de vista metodológico, a falta de acesso a registros primários obrigou a pesquisa a adotar uma estratégia baseada em fontes secundárias públicas, como o Portal de Dados Abertos da Juventude. Tal abordagem, longe de fragilizar o estudo, desloca o foco para o contexto institucional e informacional em que o chatbot está inserido. Nesse sentido, a ausência torna-se parte da evidência empírica e permite problematizar o déficit de integração entre plataformas privadas e sistemas públicos de informação social.

A análise evidencia um paradoxo: enquanto o Chatbot Ju do Bolsa visa ampliar o acesso dos jovens a informações sobre o ID Jovem, a inexistência de dados sobre seu desempenho restringe a avaliação de sua efetividade. Essa invisibilidade estatística impede medir o alcance da ferramenta e, por sua vez, abre questionamentos sobre sua contribuição à cidadania digital. A lacuna reforça a tese de que a transparência é um componente estruturante da efetividade informacional, não apenas um requisito ético. No ecossistema digital de políticas públicas, a ausência de dados equivale à ausência de accountability. De acordo com Capella (2006), políticas públicas sustentáveis dependem da articulação entre recursos informacionais e organizacionais. O Ju do Bolsa, por não compartilhar informações sistemáticas sobre seu uso, exemplifica a ruptura dessa articulação: um recurso informacional com potencial, mas sem integração orgânica ao sistema público. Essa fragmentação reflete o déficit de governança digital colaborativa entre o Estado e parceiros privados, produzindo uma cidadania informacional incompleta. Fica a pergunta: será que essa lacuna é, de fato, uma ausência ou um projeto?

A verificação dos dados públicos disponíveis sobre o ID Jovem reforça essa leitura. Observa-se o descompasso entre o desenho universalista da política e sua execução territorializada, sobretudo em regiões de menor conectividade. Nesses contextos, a presença de soluções digitais privadas, como o chatbot, não resolve as barreiras de acesso à informação; ao contrário, pode acentuá-las, uma vez que a opacidade de seus dados inviabiliza a avaliação de sua contribuição real para reduzir desigualdades informacionais.

2.1 Caracterização Socioespacial da Alta Bela Vista, Ibura (Recife- PE)

A comunidade da Alta Bela Vista está localizada no bairro do Ibura, na zona sul do Recife, uma das regiões historicamente mais marcadas pela vulnerabilidade social e

desigualdades territoriais na cidade. O Ibura, conforme análise de Nascimento, Silva e Verardi (2017), compõe um conjunto de ocupações urbanas caracterizadas por morros, escadarias, baixa oferta de infraestrutura pública e forte presença de habitação autoconstruída, configurando um território onde a precarização urbana é estrutural e cumulativa. A Alta Bela Vista se insere nesse padrão: trata-se de uma área de moradia consolidada, de alta densidade populacional, com circulação intensa de jovens, mas com oferta limitada de equipamentos públicos, especialmente no campo cultural e digital. O Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2021) indica que o Ibura apresenta Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,661, inferior à média geral do Recife (0,772). A renda per capita média do bairro gira em torno de R\$617,00, e o acesso à internet fixa é restrito, refletindo desigualdades que atravessam tanto o consumo cultural quanto a inclusão digital.

Estimativas produzidas pela pesquisa TIC Domicílios (CGI.br / NIC.br, 2023) indicam que, em regiões periféricas urbanas, aproximadamente 30% dos domicílios dependem exclusivamente de pacotes móveis ou possuem conexão instável, o que afeta diretamente o uso de plataformas digitais e aplicativos governamentais. A presença limitada de escolas, praças e centros culturais formais contrasta com o dinamismo cultural que emerge das práticas juvenis do território. A Alta Bela Vista concentra coletivos artísticos, batalhas de rap, rodas culturais e produções audiovisuais independentes que operam como espaços de socialização, pertencimento e afirmação identitária (HALL, 1997; SOUSA; GOMES; LEÃO, 2015).

Esses circuitos culturais periféricos, apesar de sua vitalidade, tendem a coexistir com a ausência de políticas públicas continuadas, revelando a distância entre o protagonismo cultural dos jovens e a oferta institucional de equipamentos e programas de fomento. Do ponto de vista da inclusão digital, a comunidade enfrenta obstáculos estruturais que se expressam na falta de aparelhos adequados, pacotes de dados limitados e instabilidade de conexão, características comuns em periferias urbanas brasileiras (SILVA, 2019; HILBERT, 2016). Esses fatores condicionam o modo como os jovens acessam informações sobre políticas públicas, incluindo o Programa ID Jovem. Assim, o território não é apenas um cenário, mas um elemento que molda diretamente a relação entre juventude, cidadania digital e políticas sociais.

Nesse sentido, a escolha da Alta Bela Vista como campo de análise permite observar como desigualdades socioespaciais impactam o acesso a direitos que dependem de mediação tecnológica. A comunidade evidencia um paradoxo contemporâneo: ao mesmo tempo em que a juventude local mobiliza intensamente recursos digitais para expressões culturais e sociabilidade, enfrenta barreiras significativas para acessar serviços públicos digitalizados. Essa contradição é central para compreender os limites práticos do ID Jovem e o papel ambíguo desempenhado por instrumentos privados de mediação informacional, como o Chatbot Ju do Bolsa.

3. A Dificuldade dos Dados: Assimetria Informacional e Contornos Metodológicos

A relação entre políticas públicas de juventude, mediação tecnológica e desigualdades territoriais insere-se em um campo marcado por disputas informacionais, limitações operacionais e assimetrias estruturais. A literatura que discute a juventude como categoria política evidencia que a efetivação de direitos depende de arranjos institucionais capazes de garantir coordenação federativa, difusão informacional e acompanhamento contínuo (ABRAMO, 1997; BEHRING; BOSCHETTI, 2011; BENEVIDES, 2006). No caso do Programa Identidade Jovem (ID Jovem), esses elementos são atravessados por um componente adicional: a digitalização dos processos de acesso, que implica dependência de infraestrutura tecnológica e competências digitais, condições profundamente desiguais em territórios periféricos.

A ausência de dados públicos sobre a atuação de ferramentas privadas, como o Chatbot Ju do Bolsa, revela uma assimetria informacional que extrapola limitações técnicas e se transforma em questão central para a pesquisa. Enquanto o programa estatal está sujeito aos mecanismos de transparência pública e disponibiliza métricas oficiais no Portal de Dados Abertos da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), a plataforma privada não divulga relatórios de atendimento, perfil dos usuários ou indicadores de efetividade. Como apontam Hilbert (2016) e Castells (2012), desigualdades informacionais são parte constitutiva das desigualdades sociais contemporâneas, produzindo barreiras de acesso que afetam de modo mais intenso os segmentos menos conectados.

A investigação encontrou ainda limitações estruturais na execução do ID Jovem, que se manifestam na discrepância entre o público elegível e o público efetivamente atendido. Estudos sobre políticas públicas evidenciam que a formulação pode ser orientada por princípios universalistas, mas a execução tende a produzir efeitos territoriais diferenciados em razão de fatores como capacidade administrativa desigual entre municípios, presença irregular de equipamentos públicos e variações de conectividade (SECCHI, 2014; PECI, 2017; SOUZA, 2006). Os dados analisados confirmam essa tendência, apresentando baixa cobertura nacional, elevada perda entre carteiras geradas e validadas e forte concentração urbana. Além disso, a literatura especializada sobre periferias urbanas contextualiza a Alta Bela Vista como inserida em um território marcado por vulnerabilidade estrutural, precariedade de serviços e restrições de acesso digital (MARQUES, 2000; HILBERT, 2016; Silva, 2019). Essa realidade amplia a relevância de mediadores informacionais, mas, ao mesmo tempo, evidencia limites concretos de soluções privadas que operam sem transparência e sem responsabilidade pública.

A partir desses elementos, este capítulo estrutura uma análise que parte da dificuldade de acesso aos dados da ferramenta privada, passa pelo exame detalhado das bases oficiais do ID Jovem e contextualiza essas informações na realidade socioespacial do território pesquisado. Desse modo, o capítulo evidencia que a dificuldade metodológica não é apenas ausência de dados, mas expressão de desigualdades informacionais profundas que modulam como direitos são acessados em territórios periféricos.

3.1 Análise Exploratória dos Dados Oficiais do ID Jovem

A análise exploratória dos dados oficiais disponibilizados pela Secretaria Nacional de Juventude segue uma lógica de afunilamento, iniciando pelo panorama nacional, avançando para o regional e estadual, e chegando ao nível municipal e sociodemográfico. Esse percurso permite identificar como desigualdades estruturais, conectividade limitada e capacidade administrativa desigual impactam a execução do programa em territórios vulneráveis.

No cenário nacional, observa-se um distanciamento expressivo entre jovens elegíveis e jovens que de fato usufruem do benefício. O Brasil contabiliza 16.890.314 jovens potenciais,

mas apenas 1.541.139 IDs permanecem válidas. O quadro sintetizado na Tabela 1² mostra a magnitude desse descompasso, evidenciando que menos de 10% do público elegível acessa o programa.

A Região Nordeste concentra parte significativa dessa demanda reprimida, apresentando mais de 7,3 milhões de jovens elegíveis e pouco mais de 667 mil IDs válidas. A estrutura comparativa apresentada na Tabela 2 evidencia que a perda entre IDs geradas e validadas é importante, sugerindo que o processo de renovação, dependente de conectividade e uso contínuo do aplicativo, pode constituir um obstáculo relevante.

Tabela 2 – Panorama Geral dos ID's no Nordeste

Indicador	Quantidade
ID's Potenciais	7.316.576
ID's Geradas	2.475.581
ID's Válidas	667.463

Fonte: BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. ID Jovem. Disponível em:<<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/juventude/idjovem>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

A análise intraestadual revela que o programa apresenta forte concentração urbana. O ranking de emissão por municípios no estado de Pernambuco, apresentado na Tabela 4 evidencia que Recife lidera com 74 mil emissões, seguido por Petrolina e Jaboatão dos Guararapes. A centralidade da capital pode estar associada à infraestrutura digital mais robusta, mas não implica distribuição homogênea dentro do próprio município, especialmente em bairros periféricos como o Ibura, onde está localizada a Alta Bela Vista.

Tabela 3 – Comparativo de ID's Válidas e Potenciais por Estado no Nordeste

Estado	ID's Válidas	ID's Potenciais	Taxa de Cobertura Aprox.
---------------	---------------------	------------------------	---------------------------------

² Ver **Tabela 1** na p. 18.

Bahia	198.753	1.848.005	10,7%
Pernambuco	142.899	1.173.992	12,1%
Ceará	80.557	1.133.583	7,1%
Maranhão	75.672	1.058.737	7,1%
Piauí	45.869	469.531	9,7%
Paraíba	44.880	515.459	8,7%
Rio Grande do Norte	32.337	401.139	8,0%
Alagoas	25.400	425.437	5,9%
Sergipe	21.096	290.693	7,2%

Fonte: BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. ID Jovem. Disponível em: <<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/juventude/idjovem>>. Acesso em: 25 nov. 2025.³

A caracterização sociodemográfica dos beneficiários no Recife, apresentada na Tabela 5, aprofunda o entendimento sobre quem acessa a política na metrópole. Os dados revelam predominância de mulheres jovens e baixa presença de grupos mais vulneráveis, sugerindo que segmentos específicos permanecem à margem do benefício.

Tabela 4 – Ranking de Cidades com Maior Volume de ID's Geradas em Pernambuco

Cidade	ID's Geradas
---------------	---------------------

³ Taxa calculada pela razão entre ID's válidas e potenciais

Recife	74 Mil
Petrolina	26 Mil
Jaboatão dos Guararapes	18 Mil
Olinda	11 Mil
Paulista	11 Mil
Exu	11 Mil
Caruaru	9 Mil

Fonte: BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. ID Jovem. Disponível em: <<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/juventude/idjovem>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

A caracterização sociodemográfica dos beneficiários no Recife, apresentada na Tabela 5, aprofunda o entendimento sobre quem acessa a política na metrópole. Os dados revelam predominância de mulheres jovens e baixa presença de grupos mais vulneráveis, sugerindo que segmentos específicos permanecem à margem do benefício.

Tabela 5 – Perfil Sociodemográfico dos Beneficiários em Recife/PE

Categoria	Subcategoria	Valor	Percentual
Faixa Etária Predominante	20 a 24 anos	19.821	32,22 %
Gênero	Feminino	38.118	71,16 %
Gênero	Masculino	15.982	28,84 %
Domicílio	Urbano	52.978	99,71 %
Domicílio	Rural	39	0,07 %

Fonte: BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. ID Jovem. Disponível em: <<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/juventude/idjovem>>. Acesso em: 25 nov. 2025

A Tabela 6 reforça esse diagnóstico ao indicar ausência total de emissões para jovens indígenas e quilombolas, além de números reduzidos para jovens em situação de rua. Essa invisibilidade estatística revela que a política não apenas enfrenta dificuldade de atingir o público elegível em geral, mas também fracassa em alcançar segmentos para os quais a presença digital é ainda mais frágil.

Tabela 6 – ID's Ativas por Grupos Sociais Específicos em Recife/PE

Grupo Social	ID's Ativas	ID's Potenciais
Formação (Estudantes/Geral)	24.232	25.162
Pessoa com Deficiência	804	828
Grupos Tradicionais Específicos	794	2.741
Situação de Rua	25	27
Indígenas	0	0
Quilombolas	0	0

Fonte: BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. ID Jovem. Disponível em: <<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/juventude/idjovem>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

A comparação desses dados com a realidade da Alta Bela Vista evidencia que as lacunas observadas nas bases oficiais correspondem diretamente às desigualdades de infraestrutura digital encontradas no território. Como apontam Hall (1997), Canclini (2005) e pesquisas recentes sobre periferias urbanas (SILVA, 2019; HILBERT, 2016), a relação entre juventude, tecnologia e políticas públicas é profundamente marcada pela distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos. O acesso ao ID Jovem, portanto, não pode ser compreendido apenas como um fenômeno técnico, mas como expressão de desigualdades acumuladas que moldam o modo como direitos são exercidos.

Em síntese, a análise exploratória realizada neste capítulo permite identificar tendências, assimetrias e lacunas no acesso ao ID Jovem a partir de dados públicos disponíveis. Contudo, reconhece-se a fragilidade inerente a esse procedimento, uma vez que ele se apoia em informações secundárias e em variáveis agregadas, sem alcançar a complexidade das práticas cotidianas, dos obstáculos burocráticos ou das mediações informais que estruturam o uso da política no território. Um estudo de campo mais robusto, incluindo observação direta, entrevistas e imersão prolongada junto aos jovens e aos agentes públicos, poderia oferecer elementos qualitativos decisivos, permitindo uma espécie de etnografia da política pública no contexto local. Trata-se de um empreendimento que ultrapassa os limites deste trabalho, mas que se apresenta como caminho promissor para futuras investigações, possivelmente no âmbito de uma pesquisa de mestrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo abre ensejo para a compreensão como o acesso ao Programa Identidade Jovem se materializa na comunidade da Alta Bela Vista, revelando que a política, embora concebida com alcance nacional, enfrenta limitações quando observada em territórios marcados por vulnerabilidade social e desigualdade digital. Os dados analisados mostraram um descompasso entre o número de jovens elegíveis e aqueles que efetivamente utilizam o benefício, indicando que as dificuldades não decorrem apenas de adesão, mas de barreiras estruturais relacionadas à conectividade, à infraestrutura pública reduzida e ao acesso desigual à informação.

Apesar dos avanços proporcionados por esta análise, é preciso reconhecer a fragilidade dos dados utilizados e as limitações inerentes a uma abordagem restrita a fontes secundárias públicas. Torna-se fundamental desenvolver, em continuidade a este estudo, uma investigação etnográfica voltada aos meios informacionais não estatais presentes na Alta Bela Vista, como redes de sociabilidade, circulação de mensagens, conselhos informais e dispositivos comunitários de apoio. Tal perspectiva permitiria alcançar uma compreensão mais acurada dos efeitos concretos da informação digital no território, incluindo o impacto do chatbot e as mediações sociais que condicionam seu uso. Nesse sentido, abre-se a possibilidade de uma agenda de pesquisa que ilumine os desafios federativos de uma política pública nacional como o ID Jovem, especialmente no que se refere ao seu design institucional e à desigualdade de capacidades burocráticas no contexto brasileiro. Trata-se de um campo promissor para trabalhos futuros, capaz de complementar e aprofundar as questões aqui levantadas.

A análise evidenciou que o Chatbot Ju do Bolsa, apesar de se apresentar como ferramenta de apoio à difusão informacional, opera sem transparência e sem integração ao sistema público. A ausência de dados sobre seu funcionamento impossibilita avaliar sua efetividade e reforça um cenário de assimetria informacional, no qual plataformas privadas atuam sem mecanismos de verificação pública. Essa opacidade impede que a mediação tecnológica contribua de forma consistente para ampliar o alcance do ID Jovem. A realidade da Alta Bela Vista mostrou que o protagonismo cultural da juventude local convive com limitações persistentes de infraestrutura digital e de oferta de políticas públicas. Esse

contraste evidencia que o acesso ao ID Jovem depende não apenas da existência do benefício, mas de condições institucionais, tecnológicas e territoriais capazes de sustentar sua implementação. A digitalização das políticas, quando não conectada a estratégias integradas e transparentes, tende a reproduzir desigualdades já presentes nos territórios.

Conclui-se que a efetividade do ID Jovem requer maior articulação entre Estado, tecnologias utilizadas na mediação informacional e as realidades dos territórios periféricos. A ausência de dados sobre o chatbot e a desigualdade digital observada na comunidade estudada indicam a necessidade de estratégias que fortaleçam a governança informacional e ampliem o acesso dos jovens ao direito previsto pela política.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, p. 25-35, 1997.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. **Lua Nova**, n. 67, 2006.

BOITO JR., Armando. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 155-162, 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 8.537, de 5 de outubro de 2015**. Regulamenta a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, e a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **ID Jovem**. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/juventude/idjovem>. Acesso em: 25 nov. 2025.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 61, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

CGI.br; NIC.br. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros – TIC Domicílios 2023**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2024.

FREIRE, Paulo; HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, 1997.

HILBERT, Martin. The bad news is that the digital access divide is here to stay: Domestically installed bandwidths among 172 countries for 1986–2014. **Telecommunications Policy**, 2016.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

JU DO BOLSA. **Ju do Bolsa**. [S.d.]. Disponível em: <https://judobolsa.com.br/>. Acesso em: 2025.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARGETTS, Helen; DUNLEAVY, Patrick. The second wave of digital-era governance: a quasi-paradigm for government on the Web. **Philosophical Transactions of the Royal Society A**, 2013.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

NASCIMENTO, Fabiana; SILVA, Zenaide; VERARDI, Cláudia. **Ibura Revisitado (Bairro, Recife)**. Fundação Joaquim Nabuco, s.d.

PECI, Alketa. Governança em rede. **Cadernos EBAPE.BR**, 2017.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2021. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 2025.

SÁTYRO, Natália; CUNHA, E. A política de assistência social. In: **Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: Ipea, 2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SILVA, V. F. **Comportamento informacional: Ações, emoções e atos na busca da informação de discentes do ensino de Ciências da UFRPE**. 2019. 150 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos CEBRAP**, v. 34, n. 2, p. 43-71, 2015.

SOUSA, Rafael Lopes de; GOMES, Álvaro Cardoso; LEÃO, Márcia Aparecida. **Uma linguagem marginal em busca de reconhecimento: a música rap e a integração sociocultural dos jovens periféricos**. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, v. 13, n. 2, p. 566-580, 2015.

AGUIAR, Sonia. **Desigualdades digitais no Brasil: um panorama atualizado**. Revista E-Compós, Brasília, v. 21, n. 1, p. 1-22, 2021.

ALMEIDA, Ronaldo de. **A política dos vulneráveis: estratégias de governança em contextos de precariedade urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 33, n. 96, p. 1-18, 2018.

ALONSO, Angela; COSTA, Sérgio. **Participação, redes e instituições**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 48, p. 95-113, 2002.

AMARAL, I.; MONTEIRO, M. **Comunicação digital e juventudes periféricas: práticas, mediações e desigualdades**. Comunicação e Sociedade, Braga, v. 38, p. 127-148, 2020.

- BARROS, A.; MACHADO, J. **Juventude e exclusão digital no Nordeste brasileiro**. Cadernos de Estudos Sociais, v. 37, n. 2, p. 119–140, 2022.
- BARTHOLO, Letícia; PASSOS, Luís Henrique. **Juventudes, estado e políticas sociais: trajetórias e desafios**. Revista Lua Nova, São Paulo, n. 109, p. 243–267, 2020.
- BRITO, Fábio; SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Plataformas digitais e assimetria de poder na comunicação contemporânea**. Revista ECO-Pós, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 36–58, 2020.
- CAMPOS, Ricardo; ARAÚJO, Emília. **Etnografias da juventude digital: modos de vida, redes sociais e desigualdades**. Sociologia Online, Lisboa, n. 13, p. 55–73, 2017.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CASTRO, Jorge Abrahão. **Políticas sociais no Brasil: marcos e desafios**. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 58, n. 2, p. 147–172, 2019.
- CECCHETTO, F.; FARIAS, A. **Juventude, território e identidades urbanas**. Revista Territórios e Fronteiras, v. 14, n. 2, p. 67–89, 2021.
- DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** Revista Polis, n. 43, p. 1–14, 2004.
- DINIZ, Débora. **A pesquisa qualitativa em políticas públicas**. Revista de Administração Pública, v. 52, n. 3, p. 501–517, 2018.
- FIRMINO, R.; EVANS, L. **Tecnologias urbanas e desigualdades digitais**. São Paulo: Annablume, 2012.
- FONSECA, Claudia; SOUZA, Jessé. **Desigualdades estruturais no Brasil contemporâneo**. Revista Sociedade e Cultura, v. 23, n. 1, p. 55–73, 2020.
- FREITAS, Felipe. **Juventude, raça e direitos: políticas públicas e desigualdade estrutural**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 28, n. 167, p. 55–82, 2020.
- GURZA LAVALLE, Adrian; HOUTZAGER, P. **Governança democrática e redes de atores: limites e possibilidades**. Revista Sociologia & Política, v. 21, n. 46, p. 101–115, 2013.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Acesso à Internet e Equipamentos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.
- LEMOIS, André; LEVY, Pierre. **O futuro da internet**. São Paulo: Paulus, 2010.
- MACHADO, Gisele; SOUZA, Renata. **Juventudes periféricas e mediação digital: aproximações analíticas**. Revista Fronteiras, v. 22, n. 45, p. 41–57, 2020.
- MARQUES, Eduardo; BICHR, Renata. **A continuidade das desigualdades territoriais no Brasil**. Cadernos Metrôpole, São Paulo, v. 22, n. 47, p. 271–298, 2020.

- MATTOS, Patrícia; SANTO, Bruno. **Cidadania digital e políticas públicas: desafios para a inclusão**. Revista Sociologia & Sociedade, v. 29, n. 1, p. 90–114, 2017.
- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. **Estado, pobreza e política pública no Brasil**. Brasília: IPEA, 2016.
- MIGUEL, Luís Felipe. **Democracia e representação**. São Paulo: Unesp, 2014.
- MOURA, Raquel Rolnik. **O direito à cidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- NOVAES, Regina; CASTRO, Luiza. **Juventudes e políticas públicas no Brasil**. Cadernos CRH, Salvador, v. 30, n. 80, p. 19–34, 2017.
- PEREIRA, Manuela. **Políticas públicas, tecnologias e acesso desigual: juventudes em territórios periféricos**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, v. 29, n. 2, p. 386–413, 2021.
- PERES, Ursula. **Governança e capacidade estatal na era digital**. Revista Administração Pública, v. 53, n. 5, p. 1049–1074, 2019.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIZZINI, Irene; POLETTO, Michele. **Juventude e vulnerabilidade social no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2009.
- SILVA, T. R. **Categorização e exclusão digital: juventudes e políticas sociais**. Revista Contemporânea, v. 18, n. 3, p. 1–19, 2021.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.
- SPOSITO, Marília. **A sociologia da juventude no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.
- TARDELLI, Rafael. **Plataformização e desigualdade: apontamentos sobre mediação informacional no Brasil**. Revista Comunicação & Sociedade, v. 43, p. 211–231, 2023.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. **O mapa da violência: juventude e território**. Brasília: Flacso, 2016.
- SOUZA, Celina. **“Capacidades estatais, desenho institucional e implementação de políticas públicas.”** Empresa e empreendedorismo na América Latina, v. 1, 2006.